

01. De acordo com o Decreto 14.876/91, “Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto”

- A) na saída de mercadoria do estabelecimento de contribuinte, exclusive cooperativa, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular.
- B) na saída de mercadoria do estabelecimento de contribuinte, inclusive cooperativa, desde que para outro estabelecimento do mesmo titular.
- C) na saída de bens produzidos no estabelecimento do contribuinte, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular.
- D) na saída de mercadoria do estabelecimento de contribuinte, inclusive cooperativa, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular.
- E) na saída de mercadoria do estabelecimento de contribuinte, inclusive cooperativa, desde que para estabelecimento de outro titular.

02. De acordo com o Decreto 14.876/91, NÃO se considera ocorrido o fato gerador do imposto no(na)

- A) fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias em bares, restaurantes, cafés e outros estabelecimentos.
- B) prestação dos serviços de competência municipal, com fornecimento de mercadoria, quando prevista a incidência em relação a esta nos termos de lei complementar.
- C) prestação dos serviços de transporte interestadual e intramunicipal de qualquer natureza.
- D) prestação de serviço de comunicação, feita por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza, através de ato oneroso.
- E) arrematação em leilão ou na aquisição em licitação, promovidos pelo Poder Público, de mercadoria, inclusive importada do exterior, apreendida ou abandonada.

03. De acordo com o Decreto 14.876/91, indique a alternativa na qual NÃO ocorrerá a não incidência nas(na)

- A) operações de arrendamento mercantil contratado por escrito, em relação à venda do bem arrendado ao arrendatário, inclusive mediante o exercício da opção de compra prevista no respectivo contrato.
- B) operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.
- C) saída de mercadoria que tenha entrado em estabelecimento de empresa transportadora, exclusivamente para fim de transporte, desde que tenha sido enviada para o destinatário indicado na documentação fiscal que a acompanhe.
- D) extração e remoção de terras e rochas, simplesmente escavadas, transferidas ou compactadas durante a execução das obras de construção e conservação de estradas de rodagem, pistas de aeroportos, túneis, portos, barragens e outras obras semelhantes.
- E) operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie.

04. De acordo com o Decreto 14.876/91, indique a alternativa INCORRETA em relação à base de cálculo do imposto.

- A) O valor de que decorrer a operação na saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte.
- B) O valor de que decorrer a operação na transmissão, a terceiro, de propriedade de mercadoria, ou de título que a represente, quando a mercadoria não tiver transitado pelo estabelecimento transmitente.
- C) Na falta de documentação que indique o valor da operação, a base de cálculo será o preço CIF praticado pelo estabelecimento industrial à vista, caso o destinatário seja, também, industrial.
- D) Na hipótese de fornecimento de mercadoria, juntamente com a prestação de serviço não incluído na competência tributária do Município, o valor total da operação, compreendendo este o preço da mercadoria empregada, o do serviço prestado e demais despesas acessórias cobradas ao destinatário.
- E) O valor de que decorrer a operação, na transmissão, a terceiro, de propriedade de mercadoria depositada em armazém-geral ou em depósito fechado localizado na Unidade da Federação do transmitente.

05. De acordo com o Decreto 14.876/91, indique a alternativa INCORRETA em relação à base de cálculo do imposto.

- A) Na industrialização efetuada por outro estabelecimento, a base de cálculo será o valor agregado durante o processo de industrialização, quando a mercadoria for recebida sem imposto destacado no respectivo documento fiscal, nas hipóteses legalmente admitidas.
- B) Na industrialização efetuada por outro estabelecimento, a base de cálculo será o valor total, incluído o da mercadoria recebida e o agregado durante o processo de industrialização, quando a mercadoria for recebida com imposto destacado no respectivo documento fiscal.
- C) Na entrada de mercadoria importada do exterior, para fins de determinação da base de cálculo, será considerado o preço da mercadoria expresso em moeda estrangeira que será convertido em moeda nacional pela mesma taxa de câmbio utilizada no cálculo do Imposto de Importação, sendo devido o acréscimo posterior, se houver variação da taxa de câmbio até o pagamento do efetivo preço.

- D) Na entrada de mercadoria conduzida por contribuinte de outra Unidade da Federação, sem destinatário certo, esgotada, sucessivamente, cada possibilidade: i) o preço máximo de venda no varejo, quando este for fixado pela autoridade competente ou pelo fabricante; ii) o valor no varejo das citadas mercadorias em que se exigir o pagamento do imposto e iii) o valor constante do documento fiscal de origem, inclusive IPI e despesas acessórias.
- E) Na prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, o preço do serviço, acrescendo-se, quanto ao iniciado ou prestado no exterior, todas as despesas cobradas ou debitadas ao adquirente, relacionadas com a sua utilização.

06. De acordo com o Decreto 14.876/91, indique a alternativa CORRETA em relação à base de cálculo do imposto.

- A) Na arrematação em leilão ou na aquisição em licitação, promovidos pelo Poder Público, de mercadoria, inclusive importada do exterior, apreendida ou abandonada, a base de cálculo será o valor da arrematação ou da aquisição, não incluídos o valor do Imposto de Importação, do IPI e demais despesas cobradas ou debitadas ao interessado.
- B) Na saída de mercadoria, posta de conta ou à ordem, por anulação de venda, quando posteriormente destinada a eventual comprador, o valor constante da Nota Fiscal de origem, acrescido das despesas acessórias, inclusive frete, seguro e IPI, quando houver, observado, para fim de abatimento, o respectivo crédito fiscal.
- C) Na saída de mercadoria para estabelecimento pertencente ao mesmo titular, a base de cálculo será o valor correspondente à saída mais recente da mercadoria, tratando-se de estabelecimento comercial.
- D) Na saída de mercadoria para estabelecimento pertencente ao mesmo titular, tratando-se de produto primário, a base de cálculo será o custo de aquisição ou produção mais recente, quando este for produtor.
- E) Na saída de mercadoria desacompanhada de Nota Fiscal, a base de cálculo será o valor desta no varejo ou, na sua falta, o valor em nível de varejo da respectiva praça, com os acréscimos relativos ao imposto antecipado.

07. De acordo com o Decreto 14.876/91 e considerando os valores apresentados, indique a base de cálculo da operação de importação.

Dados: a) Valor do produto em moeda estrangeira; b) Despesas alfandegárias R\$ 5.000; Alíquota do Imposto de Importação: 5%; c) Alíquota do IPI: 10% e d) Alíquota do ICMS 17%.

- A) R\$ 63.525. B) R\$ 80.000. C) R\$ 92.400. D) R\$ 111.325. E) R\$ 114.800.

08. De acordo com o Decreto 14.876/91, avalie as assertivas abaixo.

- I.** Na saída de produto em retorno ao estabelecimento que o tenha remetido para conserto ou reparo, desde que tenha havido emprego de materiais, a base de cálculo será o preço cobrado ao remetente pelo fornecimento destes.
- II.** Não ocorrendo o retorno de produto remetido para conserto ou reparo, a base de cálculo será o valor de que tenha decorrido a saída, acrescido do valor dos materiais empregados no conserto ou reparo.
- III.** Na saída de bens de capital de origem estrangeira, promovida pelo estabelecimento que os houver adquirido do exterior com isenção do Imposto de Importação, a base de cálculo será a diferença entre o valor da operação de que decorrer a saída e o custo da aquisição dos referidos bens.

Em relação à base de cálculo do imposto, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Apenas as alternativas “I” e “II” estão corretas. D) Apenas as alternativas “I” e “III” estão corretas.
- B) Apenas as alternativas “I” e “II” estão incorretas. E) Apenas as alternativas “I” e “III” estão incorretas.
- C) Apenas as alternativas “II” e “III” estão incorretas.

09. De acordo com o Decreto 14.876/91, indique a alternativa CORRETA em relação ao crédito fiscal.

- A) É assegurado ao sujeito passivo do imposto o direito de creditar-se do imposto devido, destacado em documento fiscal idôneo, relativo à matéria-prima, produto intermediário, embalagem ou serviço para emprego no processo de comercialização e industrialização.
- B) O estabelecimento não poderá se beneficiar, antecipadamente, do abatimento do imposto ainda não recolhido do qual seja devedor como contribuinte-substituto, sob a condição de que o recolhimento venha a ser efetuado no prazo legal.
- C) É admitido o crédito em relação à energia elétrica e a outras fontes de energia, quando utilizadas na produção, industrialização, comercialização, extração, geração ou prestação dos serviços de transportes e de comunicação.
- D) Na hipótese de cálculo do imposto em desacordo com as normas legais de incidência, se for comprovado cálculo a maior, somente será admitido o crédito do valor do imposto legalmente exigido, e, sendo verificado cálculo a menor, o contribuinte deverá creditar-se do valor do imposto destacado no documento fiscal.
- E) Na transferência de mercadoria, qualquer que tenha sido a base de cálculo adotada para o recolhimento do imposto devido pelo estabelecimento remetente, não será admitido crédito inferior ao valor do tributo calculado sobre a base de cálculo legalmente prevista para a hipótese.

10. De acordo com o Decreto 14.876/91 (RICMS/PE), indique a alternativa INCORRETA em relação ao estorno de crédito.

- A) O contribuinte procederá ao estorno do imposto de que se tenha creditado, quando a mercadoria adquirida for integrada ao ativo fixo ou for utilizada para consumo do próprio estabelecimento ou para locação, comodato ou arrendamento mercantil a terceiros.
- B) O contribuinte procederá ao estorno do imposto de que se tenha creditado, quando a mercadoria adquirida perecer, for objeto de roubo, furto ou extravio, ou, quando deteriorada, tornar-se imprestável para qualquer finalidade da qual resulte fato gerador do imposto.
- C) O contribuinte procederá ao estorno do imposto de que se tenha creditado, quando a mercadoria adquirida, quando as operações ou as prestações subsequentes forem beneficiadas por isenção, não-incidência ou qualquer outra forma de exoneração tributária.
- D) Quando uma mercadoria adquirida ou um serviço recebido resultar em saída tributada e não-tributada pelo imposto, o estorno será proporcional à saída ou à prestação não-tributada.
- E) Havendo mais de uma aquisição ou prestação e, sendo impossível determinar a qual delas corresponde a mercadoria ou o serviço, o imposto a estornar será calculado sobre o preço de aquisição ou prestação mais antiga, mediante a aplicação da alíquota vigente para a respectiva operação.

11. Considerando os dados abaixo

- a) *Aquisição interestadual de 10 (dez) máquinas pelo valor unitário de R\$ 10.000, com alíquota de 12%;*
- b) *Venda com isenção de 3 (três) máquinas pelo valor unitário de R\$ 12.000;*
- c) *Venda de 7 (sete) máquinas, tendo a operação redução de 40% da base de cálculo.*

indique o valor do estorno a ser realizado.

- A) R\$ 4.860. B) R\$ 5.840. C) R\$ 6.960. D) R\$ 7.120. E) R\$ 9.600.

12. De acordo com o Decreto 19.528/96 (normas relativas ao regime de substituição tributária), indique a alternativa INCORRETA.

- A) O ICMS retido com liberação pelo contribuinte-substituto acobertará todas as saídas subsequentes, ainda que realizadas pelos sucessivos estabelecimentos adquirentes, contribuintes-substituídos até a última fase da circulação interna, ou seja, até a saída do produto para o consumidor final.
- B) Quando da entrada para uso ou consumo ou ativo fixo do estabelecimento adquirente deste Estado, contribuinte do imposto, quando o remetente se localizar em outra Unidade da Federação, com referência à retenção relativa à entrada para o ativo fixo ou uso ou consumo do contribuinte destinatário, cujo remetente localizar-se em outro Estado, a base de cálculo será o valor da operação no Estado de origem, sendo o imposto a pagar o valor resultante da aplicação do percentual equivalente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual sobre o mencionado valor.
- C) O contribuinte-substituído assumirá a condição de contribuinte-substituto na saída promovida por contribuinte-substituído, ainda que o imposto já tenha sido retido anteriormente, quando a mercadoria se destinar a contribuinte de outro Estado.
- D) Na hipótese de mercadoria sujeita à substituição tributária, quando o destinatário for inscrito no Cadastro de contribuintes do Estado de Pernambuco – CACEPE sob o regime de microempresa, a base de cálculo para o imposto antecipado será aquela prevista no respectivo sistema especial, observados, quando for o caso, os percentuais de agregação específicos estabelecidos por mercadoria.
- E) No caso de importação do exterior, quando o produto ou a operação estiverem sujeitos ao regime de substituição tributária, ao importador fica atribuída a condição de contribuinte-substituto, que deverá reter e recolher o ICMS antecipado, quando da saída para outro contribuinte situado nesta ou em outra Unidade da Federação.

13. De acordo com o Decreto 19.528/96, avalie as assertivas abaixo.

- I.** *A substituição tributária prevista no artigo anterior não se aplica quando se tratar de transferência para outro estabelecimento, exceto varejista, do respectivo contribuinte-substituto, hipótese em que o adquirente assumirá a condição de contribuinte-substituto, quando promover a saída da mercadoria para contribuinte não dispensado da substituição.*
- II.** *Para cálculo do imposto a ser retido pelo contribuinte-substituto em relação às operações antecedentes ou concomitantes, a base de cálculo será o valor da operação praticado pelo contribuinte-substituído.*
- III.** *Na hipótese em que o contribuinte substituído estiver localizado em outra Unidade da Federação, a alíquota a ser aplicada sobre a base de cálculo será aquela vigente para as operações internas da Unidade da Federação remetente.*

Assinale a alternativa CORRETA em relação à base de cálculo do imposto.

- A) Apenas as assertivas “I” e “II” estão corretas.
- B) Apenas as assertivas “I” e “III” estão corretas.
- C) Apenas as assertivas “II” e “III” estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

14. De acordo com o Decreto 26.145/2003, avalie as assertivas abaixo.

- | |
|--|
| <p>I. <i>O recolhimento do imposto antecipado será efetuado pelo adquirente, quando a mercadoria proceder de outra Unidade da Federação, por ocasião da passagem da mercadoria pela primeira unidade fiscal deste Estado ou até o último dia útil do mês subsequente ao da respectiva entrada, quando o contribuinte estiver credenciado nos termos de portaria do Secretário da Fazenda.</i></p> <p>II. <i>Na hipótese de saídas promovidas por estabelecimento industrial e produtor, com cálculo do imposto de responsabilidade, com redução de base cálculo, o respectivo crédito fiscal sofrerá redução proporcional àquela ali prevista.</i></p> <p>III. <i>Na saída para outra Unidade da Federação dos produtos integrantes da Cesta Básica, fica atribuído ao contribuinte que promover a saída crédito presumido, equivalente a 11% (onze por cento) sobre o valor desta, prevalecendo, quando este for inferior àquele estabelecido em pauta fiscal.</i></p> |
|--|

Assinale a alternativa CORRETA em relação à base de cálculo do imposto.

- A) Apenas a assertiva "I" está correta.
B) Apenas a assertiva "II" está correta.
C) Apenas a assertiva "III" está correta.
D) Todas as assertivas estão corretas.
E) Todas as assertivas estão incorretas.

15. De acordo com o Decreto 25.372/03, indique a alternativa CORRETA.

- A) Dentre outros, integrarão o arquivo digital com os lançamentos da escrituração fiscal do contribuinte, elaborado, segundo os requisitos estabelecidos e as especificações técnicas definidas na legislação tributária, os seguintes arquivos: a) Registro de Entradas –RE; b) Registro de Saídas – RS; c) Registro da Apuração do ICMS – RAICMS; d) Registro de Inventário - RI; e) Registro de Movimentação de Combustível – LMC; f) Guia de Informação e Apuração do ICMS – GIAM; g) Mapa-Resumo de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF.
- B) Os lançamentos no Registro de Entradas e no Registro de Saídas devem indicar o correspondente código de lançamento na escrituração contábil para contribuintes obrigados a manterem a referida escrituração.
- C) O contribuinte do ICMS inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco – CACEPE, independentemente do regime, deverá lançar os registros das respectivas operações e prestações em arquivo digital, através de sistema eletrônico de processamento de dados, segundo leiaute e especificações definidos pela Secretaria da Fazenda - SEFAZ, observadas as normas, relativas ao mencionado arquivo digital.
- D) Os registros informados através do SEF constituirão a escrituração fiscal do contribuinte para todos os fins da legislação tributária, sendo dispensada a impressão em papel, pois será elaborado através do "software" oficial estabelecido e disponibilizado pela SEFAZ.
- E) O arquivo SEF será enviado para a SEFAZ: com periodicidade definida em ato normativo da Secretaria, através de transmissão pela Rede Internacional de Computadores – INTERNET, ou por entrega em repartição fazendária determinada no referido ato normativo, mediante intimação escrita de autoridade fiscal, fixando o respectivo prazo de entrega. Em qualquer hipótese, conterà certificado e assinatura digitais, observadas as normas, além da legislação federal relativa à validade e eficácia jurídicas dos documentos eletrônicos.

CONTABILIDADE GERAL

16. Entidade Contábil, significando entes que utilizam a Contabilidade como instrumento de controle e mensuração do patrimônio, pode(m) ser

- A) até uma pessoa física.
B) somente as pessoas jurídicas.
C) somente as entidades com fins lucrativos.
D) somente as pessoas que tiverem registro na Junta Comercial.
E) somente as entidades públicas.

17. A contabilidade é uma ciência, que utiliza algumas técnicas para atingir seu objetivo. São elas:

- A) meios eletrônicos, informações, análise das demonstrações contábeis e auditoria.
B) processamento de dados, auditoria, análise e matemática.
C) escrituração, demonstração, análise e auditoria.
D) a eletrônica, a matemática, a história e os princípios contábeis geralmente aceitos.
E) leis, eletrônica, escrituração e demonstração.

**18. Um examinador, ao preparar uma questão para prova, não percebeu que colocara alternativas que, embora diferentemente redigidas, tinham a mesma significação conceitual. A questão estava assim formulada:
Surge o Passivo a Descoberto, quando**

- | |
|--|
| <p>1. <i>o valor do Ativo excede o valor do Passivo.</i></p> <p>2. <i>o valor do Passivo é menor que o valor do Ativo.</i></p> |
|--|

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none">3. <i>o valor do Ativo é menor que o valor do Passivo.</i>4. <i>os bens e direitos superam as obrigações.</i>5. <i>a Situação Líquida tem valor negativo.</i> |
|---|

As alternativas com significação idêntica são as de números:

- A) 2/5. B) 3/5. C) 4/5. D) 1/2. E) 2/4.

19. Os lançamentos de 4ª fórmula são caracterizados pela existência de

- A) mais de uma conta devedora e apenas uma conta credora.
B) uma única conta devedora e mais de uma conta credora.
C) duas ou mais contas devedoras e, no máximo, duas contas credoras.
D) mais de uma conta devedora e mais de uma conta credora.
E) uma única conta devedora e uma única conta credora.

20. Duas ou mais contas devedoras e apenas uma conta credora caracterizam um lançamento de

- A) 3ª fórmula. B) 2ª fórmula. C) 1ª fórmula. D) 4ª fórmula. E) 5ª fórmula.

21. São contas bilaterais as contas

- A) de despesas.
B) de receitas.
C) do Ativo Permanente.
D) do Patrimônio Líquido.
E) Caixa, Duplicatas a Receber e Duplicatas a Pagar.

22. Ocorrerá lucro durante um período, quando:

- A) o ativo for maior que as receitas.
B) se aumentar o ativo e se reduzir o patrimônio líquido.
C) as receitas forem maiores que as despesas.
D) as despesas forem maiores que as receitas.
E) o ativo for maior que o passivo.

23. Sobre as afirmações abaixo, assinale a alternativa que contém a afirmação CORRETA.

- A) Os fatos contábeis podem ser permutativos, modificativos e mistos.
B) Os fatos administrativos, por não alterarem a composição do patrimônio, não são registrados na contabilidade.
C) Os atos administrativos, por alterarem a composição do patrimônio, são registrados na contabilidade.
D) Dentre os vários processos de escrituração, o mais usado atualmente é o maquinizado.
E) O método das partidas dobradas, apesar de já ser conhecido desde o século XIII, só agora, a partir do século XX, é que teve sua aplicabilidade.

24. A demonstração financeira que evidencia ativo, passivo e patrimônio líquido é o(a)

- A) balanço patrimonial.
B) demonstração de lucros acumulados.
C) demonstração de resultado do exercício.
D) demonstração do fluxo de caixa.
E) demonstração de valor adicionado.

25. No pagamento de uma obrigação tributária já registrada em seu Passivo, a empresa ultrapassou o prazo de vencimento, tendo que resgatá-la com os respectivos acréscimos legais cabíveis. Essa operação caracteriza-se como um fato contábil

- A) modificativo diminutivo.
B) permutativo.
C) misto aumentativo.
D) modificativo aumentativo.
E) misto diminutivo.

26. Indique a alternativa que contém o lançamento contábil de um dos fatos contábeis descritos abaixo.

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none">1. <i>compra de material de consumo a prazo;</i>2. <i>apropriação de consumo de energia elétrica;</i>3. <i>pagamento de duplicata com juros de mora;</i>4. <i>pagamento de salários do período anterior.</i> |
|---|

- A) Despesas de Energia Elétrica a Contas a Pagar .
B) Despesas de Salários a Caixa.
C) Caixa a Receitas de Juros.
D) Duplicatas a Pagar a Caixa.
E) Caixa a Salários a Pagar.

27. A empresa Jasmim S/A cujo exercício social coincide com o ano-calendário pagou, em 30/04/97, o prêmio correspondente a uma apólice de seguro contra incêndio de suas instalações para vigor no período de 01/05/97 a 30/04/98. O valor pago de R\$ 30.000,00 foi contabilizado como despesa operacional do exercício de 1997. Observando-se o princípio contábil da competência, o lançamento de ajuste, feito em 31.12.1997, irá provocar, no resultado do exercício de 1998, uma

- A) redução de R\$ 30.000,00.
B) redução de R\$ 10.000,00.
C) redução de R\$ 20.000,00.
D) majoração de R\$ 20.000,00.
E) majoração de R\$ 10.000,00.

28. A empresa Cravos e Rosas S/A, ao encerrar o exercício social em 31.12.19X7, tinha estoques de bens de vendas de 100 mil unidades, ao custo unitário de R\$ 1,00 (um real) e duplicatas emitidas em vendas a prazo, no valor total de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

- | |
|---|
| <p>I. A empresa tem experiência válida e comprovada, nos últimos três exercícios, de que 2% de seus créditos costumam se tornar ilíquidáveis;</p> <p>II. O preço de mercado de suas mercadorias foram cotados a R\$ 1,10 (um real e dez centavos) a unidade, no dia do balanço;</p> <p>III. As duplicatas a receber ainda não estão vencidas.</p> |
|---|

Ao aplicar integralmente o princípio contábil da prudência, referida empresa apresentará, em seu balanço, esse Ativo Circulante (estoques e créditos) ao valor contábil de

- A) R\$ 297.100,00.
B) R\$ 298.900,00.
C) R\$ 296.000,00.
D) R\$ 294.900,00.
E) R\$ 300.000,00.

29. A Comercial M. Guimarães adquire, a prazo, 300 unidades do produto X, ao custo unitário de R\$ 30,00, pagando um frete de R\$ 0,50 por unidade. No mesmo período, vendeu 50% das mercadorias adquiridas, emitindo uma Nota Fiscal no valor de R\$ 6.200,00, pagando um frete para entrega das mercadorias aos clientes no valor de R\$ 160,00. Desconsiderando-se a incidência de ICMS sobre frete e sabendo-se que o ICMS sobre as compras e sobre as vendas é de 15%, indique a opção que contém o Lucro Bruto da operação.

- A) R\$ 5.270,00. B) R\$ 1.530,00. C) R\$ 3.145,00. D) R\$ 1.370,00. E) R\$ 2.375,00.

30. O estoque inicial de mercadorias da Comercial Marcos Freire & Irmãos apresentava o valor de R\$ 10.000,00, enquanto o estoque final importava no valor de R\$ 20.000,00. O CMV apurado no período foi de R\$ 75.000,00. Sabendo-se que das compras efetuadas 60% foram à vista, tal valor corresponde a

- A) R\$ 45.000,00. B) R\$ 51.000,00. C) R\$ 85.000,00. D) R\$ 65.000,00. E) R\$ 34.000,00.

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

31. Em relação à formação, tramitação e reunião de processos administrativo-tributários, conforme disposição da Lei que regula o processo administrativo-tributário no Estado de Pernambuco, Lei 10.654/91, marque a alternativa INCORRETA.

- A) É vedada a intercalação, “a posteriori”, nos autos, de documentos ou informações bem como a sua retirada, salvo se esta for legalmente justificada e feita, independente de formalidade, haja vista ser o processo administrativo-tributário orientado pelo princípio da informalidade.
- B) O Auto de Infração, o Auto de Apreensão, o Auto de Lançamento sem Penalidade, a Notificação de Débito, a Notificação de Débito sem Penalidade e os processos voluntários terão sua formação iniciada em qualquer repartição fazendária, que, de preferência, disponha de sistema de protocolo de processo.
- C) O processo administrativo-tributário será organizado, à semelhança dos autos forenses, com folhas numeradas sequencialmente e rubricadas, observando-se a ordem de juntada dos documentos e autuado em tantos volumes quantos forem necessários, respeitado o limite máximo de 200 (duzentas) folhas por volume.
- D) Na apuração das ações ou omissões contrárias à legislação referente a tributos estaduais, inclusive o não-pagamento, nos prazos legais, do crédito tributário devido, e a constituição do crédito tributário sem penalidade, quando promovidas fora do estabelecimento, os respectivos processos serão iniciados na repartição fazendária onde for verificada a ocorrência.
- E) É da responsabilidade da repartição fazendária, onde se formar o processo, iniciar a sua organização em forma forense, devendo as demais repartições fazendárias, por onde tramitar o processo, dar continuidade àquela organização.

32. De acordo com a Lei 10.654/91, que dispõe sobre o processo administrativo-tributário no Estado de Pernambuco, constitui embaraço à fiscalização

- A) a oposição à execução de ato legal mediante violência ou ameaça ao auditor competente, para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.
- B) a não apresentação, por solicitação da fiscalização ou de outra autoridade fazendária, em qualquer local por esta determinado, de livros, talonários, documentos, papéis, inscrição cadastral e informações ou a apresentação no prazo estipulado, contendo informações inverídicas.
- C) dificultar ou impossibilitar, por qualquer meio, a exibição ou entrega de documentos que interessem à formação do processo.
- D) o desacato ao auditor no exercício de suas funções ou em razão delas.
- E) a desobediência à ordem legal do auditor durante a ação fiscal.

33. Em relação aos prazos no processo administrativo-tributário do Estado de Pernambuco, analise os itens abaixo.

- I. Os prazos serão contínuos, incluindo-se, em sua contagem, o dia do início e excluindo-se o do vencimento.*
- II. Os prazos só se iniciam ou se vencem em dia de expediente normal, na repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.*
- III. O não-cumprimento de qualquer prazo por parte das autoridades julgadoras, funcionários fiscais ou outros servidores fazendários não implicará nulidade do processo.*
- IV. A autoridade julgadora a quem estiver submetido o processo poderá, por meio de despacho fundamentado, publicado no Diário Oficial do Estado, prorrogar ou reabrir prazos, atendendo, a motivo de alta relevância, causa fortuita, força maior ou de elemento cerceador do direito de defesa, devidamente comprovados.*

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a CORRETA.

- A) O item I está incorreto.
- B) Apenas I e II estão corretos.
- C) Os itens I, II e III estão corretos, e o item IV, incorreto.
- D) Os itens I, II, III e IV estão corretos.
- E) Os itens I, III e IV estão incorretos, e o item II está correto.

34. No Estado de Pernambuco, o prazo para informações fiscais em processos de ofício é de

- A) 10 (dez) dias.
- B) 30 (trinta) dias.
- C) 15 (quinze) dias.
- D) 05 (cinco) dias.
- E) 20 (vinte) dias.

35. Em relação aos atos praticados por funcionários fiscais, quando houver recusa do contribuinte para tomar ciência do auto de infração, a intimação do ato processual, consoante disposição expressa da Lei 10.654/91,

- A) será realizada pelo auditor, por meio de comunicação postal, sendo obrigatória a lavratura do “Termo de Revelia”.
- B) será realizada pela chefia da repartição fazendária competente.
- C) será realizada por meio de comunicação postal, conforme determinação do auditor que poderá lavrar o “Termo de Revelia”, declarando a impossibilidade da comunicação pessoal.
- D) não depende da lavratura de “Termo de Revelia” e será efetuada por meio de publicação do Diário Oficial.
- E) depende da lavratura de “Termo de Revelia” e será efetuada por meio de comunicação postal ou edital, em consonância com os critérios de conveniência e oportunidade, adotados pela chefia da repartição fazendária.

36. Em relação à comunicação dos atos processuais, conforme disposições da Lei que regula o processo administrativo-tributário, Lei 10654/91, no Estado de Pernambuco, julgue os itens abaixo.

- I. A intimação pessoal, regular e comprovadamente feita, suprirá qualquer outra, por mais especial que seja.*
- II. A oposição do “ciente” ou sua recusa não implica reconhecimento ou agravamento do fato denunciado.*
- III. O Poder Executivo está autorizado a, mediante decreto, adotar como domicílio fiscal eleito pelo sujeito passivo, para fim de comunicação de atos processuais, o endereço postal, eletrônico ou de fax, que ele tenha fornecido à Secretaria da Fazenda, para efeito de cadastramento, alteração cadastral ou baixa da respectiva inscrição.*
- IV. Na hipótese de o contribuinte localizar-se em outra Unidade da Federação, a comunicação será efetuada pela chefia da repartição fazendária competente.*

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a CORRETA.

- A) Os itens I, III, IV estão incorretos, e o item II está correto.
- B) Apenas I e II estão corretos.
- C) Os itens I, II e III estão corretos, e o item IV, incorreto.
- D) Os itens I, II, III e IV estão incorretos.
- E) Os itens I, II, III e IV estão corretos.

37. Em relação às nulidades no processo administrativo-tributário do Estado de Pernambuco, julgue os itens abaixo.

- | |
|---|
| <p>I. São nulos os atos, termos, despachos e decisões lavrados ou proferidos por pessoa incompetente ou com preterição do direito de defesa ou, ainda, quando praticados em desobediência a dispositivos expressos em lei.</p> <p>II. A nulidade somente prejudica os atos, termos, despachos e decisões que diretamente dependam ou sejam consequência daqueles anulados.</p> <p>III. A nulidade constitui matéria preliminar ao mérito e será apreciada a requerimento da parte, não podendo em face do princípio da contestação especificada ser objeto de apreciação de ofício pela autoridade julgadora.</p> <p>IV. Na declaração de nulidade, a autoridade julgadora dirá os atos, termos, despachos e decisões alcançados e determinará, sempre que possível, as providências necessárias ao saneamento e regular instrução do processo.</p> |
|---|

Assinale a alternativa CORRETA.

- A) Os itens I, II, III estão corretos, e o item IV, incorreto.
- B) Os itens I, II, III e IV estão corretos.
- C) Apenas II e III estão incorretos.
- D) Os itens I, II e IV estão corretos, e o item III está incorreto.
- E) Os itens I, II, III e IV estão incorretos.

38. Marque a alternativa INCORRETA.

- A) No Estado de Pernambuco, o funcionário fiscal que tomar conhecimento de infração relativa a tributos estaduais, mesmo não estando designado, deverá ser competente para iniciar a ação fiscal, lavrar a medida cabível.
- B) As irregularidades observadas quanto à indicação do dispositivo legal infringido e da penalidade proposta, no processo administrativo-tributário do Estado de Pernambuco, não implicarão nulidade, se, pela descrição da infração, a autoridade julgadora entender qual o dispositivo legal infringido e a penalidade cabível.
- C) O julgador tributário, ao julgar o processo administrativo-tributário do Estado de Pernambuco, deverá votar, no mérito, mesmo quando vencida quanto à nulidade arguida.
- D) No Estado de Pernambuco, o funcionário fiscal que tomar conhecimento de infração relativa a tributos estaduais deverá ser incompetente para iniciar a ação fiscal e comunicar o fato à autoridade competente.
- E) No Estado de Pernambuco, os termos e atos lavrados por funcionário fiscal incompetente são nulos, devendo a autoridade competente determinar nova fiscalização.

39. Em qual das hipóteses abaixo NÃO deve ser lavrado o auto de infração, conforme a legislação tributária do Estado de Pernambuco?

- A) Falta de recolhimento do imposto, quando de responsabilidade indireta do sujeito passivo, na hipótese de o imposto, retido pelo contribuinte, ter sido lançado nos livros fiscais ou, não lançado, esteja declarado em documento de informação-fiscal.
- B) Falta de recolhimento do imposto, quando de responsabilidade direta do sujeito passivo, seja exigido por meio de Extrato de Notas Fiscais Relativas a Operações Interestaduais Sujeitas ao ICMS Antecipado.
- C) Falta de recolhimento do imposto apurado em ação específica de monitorização, acompanhamento e orientação ao contribuinte.
- D) Falta de recolhimento de imposto em decorrência de utilização de crédito inexistente, verificada na primeira fiscalização, procedida dentro de 6 (seis) meses após inscrição inicial no CACEPE.
- E) Recusa do contribuinte para apresentação de livros fiscais ou qualquer outra forma de embaraço à ação fiscal, verificada na primeira fiscalização, procedida dentro de 6 (seis) meses após inscrição inicial no CACEPE.

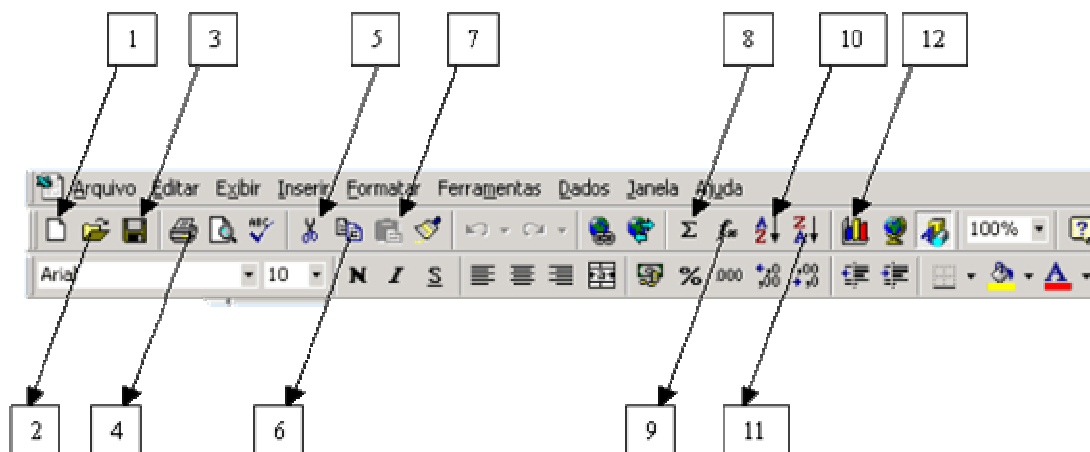
40. Em relação ao início do procedimento de apuração das ações ou omissões contrárias à legislação relativa a tributos no Estado de Pernambuco, para o fim único de excluir a espontaneidade do sujeito passivo da obrigação tributária, julgue os itens abaixo.

- | |
|---|
| <p>I. A espontaneidade cessa com a intimação escrita para o intimado apresentar livros fiscais, comerciais ou quaisquer outros documentos solicitados de interesse à Fazenda Estadual.</p> <p>II. A espontaneidade cessa com a lavratura de medida preliminar ao Auto de Infração, ao Auto de Apreensão ou ao Auto de Lançamento sem Penalidade.</p> <p>III. A espontaneidade cessa com a lavratura do Auto de Apreensão.</p> <p>IV. A espontaneidade cessa com a lavratura do Auto de Infração e do Auto de Lançamento sem Penalidade.</p> |
|---|

Assinale a alternativa CORRETA.

- A) Apenas II e III estão incorretos.
- B) Os itens II, III e IV estão incorretos, e o item I, correto.
- C) Os itens I, II, III e IV estão corretos.
- D) Os itens I, II e III estão corretos, e o item IV, incorreto.
- E) Os itens I, II, III e IV estão incorretos.

41. Sabendo que a figura abaixo representa a parte superior da tela de abertura do Excel ao ser iniciado, indique A alternativa que representa uma afirmação FALSA.



- A) O botão indicado por "7" não tem uso no Excel, por isso está desabilitado.
- B) O botão indicado por "2" abre uma caixa de diálogo para o usuário escolher uma planilha já existente para ser aberta.
- C) O botão indicado por "4" imprime a planilha ativa (aquela que está em uso).
- D) O botão indicado por "3", ao ser acionado, grava automaticamente as alterações realizadas na planilha ativa e/ou abre uma caixa de diálogo para que o usuário salve uma planilha ativa pela primeira vez.
- E) O botão indicado por "11" classifica textos e valores em ordem decrescente.

42. Ainda sobre a figura anterior, com relação ao botão indicado pelo número "9", uma das alternativas a seguir é VERDADEIRA, identifique-a

- A) Viabiliza, apenas, a inserção de funções lógicas.
- B) Abre uma caixa de diálogo para inserir uma função na célula selecionada.
- C) Pode ser usado para gerar uma nova coluna a partir de outra existente.
- D) Possibilita a manipulação de valores não numéricos.
- E) Pode gerar valores a partir de células de colunas e linhas livremente.

43. Ainda, analisando a figura da questão 41, para criar um gráfico, deve-se

- I. clicar em qualquer célula da matriz que contém o intervalo de dados e acionar o botão "12".
- II. clicar no menu Inserir, Gráfico e, a partir do assistente, selecionar o intervalo dos dados que irão compor o gráfico.
- III. selecionar o intervalo dos dados que irão compor o gráfico e clicar no menu Inserir, Gráfico.

Assinale a alternativa CORRETA.

- A) Apenas I e III estão corretas.
- B) Apenas I está correta.
- C) Apenas I e II estão corretas.
- D) Todas estão corretas.
- E) Apenas II e III estão corretas.

44. Com o auxílio do teclado, para excluir células, linhas ou colunas no Excel, procede-se da seguinte forma:

- A) Seleciona a(s) célula(s), segura o CTRL e o - (sinal de subtração).
- B) Seleciona a(s) célula(s), segura o CTRL, ALT, depois o sinal de - (sinal de subtração).
- C) Seleciona a(s) célula(s), segura o CTRL, SHIFT, depois o sinal de - (sinal de subtração).
- D) Seleciona a(s) célula(s), segura o SHIFT e o - (sinal de subtração).
- E) Seleciona a(s) célula(s), segura o ALT e o - (sinal de subtração).

45. Na visualização da impressão do documento, notamos que a planilha passou três colunas da margem. Como se deve proceder para ajustar?

- A) Na Barra de Ferramenta Padrão, opção Zoom.
- B) Menu Arquivo, Imprimir, na opção 1 de 1.
- C) Menu Arquivo, Visualizar impressão, na opção Zoom.
- D) Menu Editar, Preencher, na opção Justificar.
- E) Menu Arquivo, Configurar página, na opção Ajustar 1 página de largura por 1 página de altura.

